



O I D P



**OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DE DEMOCRACIA
PARTICIPATIVA**

RELATÓRIO ANUAL 2015/2016

16ª CONFERÊNCIA

**O I D P | MATOLA
2016**

OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

MATOLA, JUNHO DE 2016

ÍNDICE

Introdução.....	1
Actividades do Mandato	2
Tarefas do Presidente	2
Resultados da Presidência.....	4
A 16ª CONFERÊNCIA DO OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.....	5
PLENÁRIA I: O PANORAMA MUNDIAL SOBRE BOA GOVERNAÇÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.....	6
MOÇAMBIQUE	6
AMÉRICA LATINA.....	7
ÁFRICA.....	7
EUROPA.....	8
AMÉRICA DO NORTE.....	8
ÁSIA.....	8
GRUPO DE TRABALHO I: ARTE E DEMOCRACIA.....	10
GRUPO DE TRABALHO II: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	11
GRUPO DE TRABALHO III: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ ATRAVÉS DA CONSULTA PÚBLICA E PLANIFICA PARTICIPATIVA.....	14
ESPANHA.....	14
VISEU	15
ARGENTINA.....	15
PALESTINA	15
BRASIL	15
DONDO.....	16
GRUPO DE TRABALHO IV: FORMAS E EXPERIÊNCIAS DE MONITORIA E AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	16
PAINEL II: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, NOVA AGENDA URBANA E FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE BASE	17
GRUPO V: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ ATRAVÉS DE PLATAFORMAS DIGITAIS/REDES SOCIAIS DE INTERNET E RÁDIOS COMUNITÁRIAS.....	18
GRUPO VI: EDUCAÇÃO CIDADÃ PARA A PARTICIPAÇÃO E MONITORIA, E A INCLUSÃO DA ABORDAGEM DO GÊNERO.....	20

Introdução

A Matola aderiu ao Observatório Internacional de Democracia Participativa (OIDP) em 2012. Como membro do OIDP, participou na 14ª e 15ª Conferências, sendo nesta última realizada entre os dias 24, 25 e 26 de Março de 2015 em Madrid – Espanha, em que foi eleita a presidir o fórum no mandato de 2015/2016. A eleição da Matola para a presidência do OIDP, contou com o apoio da Prefeitura de Canoas e da organização Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), no que tange à mobilização dos membros presentes.

No exercício da presidência do Observatório Internacional de Democracia Participativa, a Matola para além de tornar-se na “Capital Mundial da Democracia Participativa”, assumiu o compromisso de cumprir com tarefas definidas para o período de 2015/2016, como o de organizar e realizar a 16ª Conferência do fórum. Não obstante, a Matola assumiu os desafios tradicionais do Observatório Internacional de Democracia Participativa, no concernente a alargar o âmbito de partilha de experiências e Conhecimentos em Democracia Participativa, e sobretudo um desafio eminentemente Africano, o de garantir que mais Cidades Africanas integrassem a Organização.

Num ambiente em que o sistema representativo tem maior espaço na gestão de sociedades, reflectir acerca da Boa governação e participação inclusiva, evidencia a necessidade de resgatar o sentido genuíno da democracia, baseado na participação activa do titular originário da soberania das sociedades, o povo. Por conseguinte, foi com este pensar e alinhamento que a Matola, primeira cidade africana a presidir e acolher uma conferência deste fórum exerceu o seu mandato.

O presente documento explora ao detalhe as actividades e resultados da presidência, bem como da 16ª Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa. Resultados estes que, elevam a consciência global sobre a necessidade de promoção da participação popular nas acções e decisões de gestão e desenvolvimento local. Esta consciência, chama progressivamente, ao propósito do Observatório Internacional de Democracia Participativa, que prevê o alcance de um ponto de equilíbrio óptimo entre a Democracia Representativa e a Democracia Participativa.

Actividades do Mandato

No mandato de 2015/2016 foram definidas para os órgãos do OIDP (Antena de África, Secretariado Geral do OIDP e o presidente), um total de 34 actividades. Deste total, dez (10) eram da responsabilidade da Antena de África, nove (9) do Secretariado Geral do OIDP e quinze (15) do presidente.

Tarefas do Presidente

O Presidente do OIDP teve como tarefas as seguintes:

- Presidir o OIDP;
- Organizar e realizar a 16ª Conferência do OIDP – no período de 4 à 6 de Maio 2016;
- Comunicar-se com os órgãos do OIDP (Secretaria Geral e as Antenas regionais);
- Criar a Rede Nacional de Participação e Orçamento Participativo de Moçambique;
- Criar a Rede Africana de Participação e Orçamento Participativo;
- Criar a Rede do Orçamento Participativo da Juventude e da criança;
- Internacionalizar os actos, actividades e programas da Presidência de interesse dos membros do OIDP (governos locais, organizações da sociedade civil e centros de investigação);
- Mobilizar experiências e boas práticas de direcção e realização de conferências do OIDP;
- Identificar as cidades e os municípios para estabelecimento de cooperação e gemelagem no âmbito da Conferência e Presidência da OIDP;
- Partilhar espaços de notícias do OIDP com os sócios e colaboradores do OIDP;
- Ampliar o OIDP a todos Municípios e cidades Nacionais e africana, centros de investigação e organizações da sociedade civil que compartilhem os objectivos do OIDP;
- Propor a construção de alianças e acordos estratégicos com outros actores destacados, como centros de investigação e organizações da sociedade civil;
- Assegurar a facilitação de comunicação com os espaços do OIDP, concretamente, website, banco de experiências e de recursos, agenda de actividades e as notícias, a Distinção OIDP, Escritórios Regionais;
- Acompanhar as actividades do Comité organizador da Conferência do OIDP; e
- Identificar mecanismos internos e nacionais de participação e internacionalizar.

Das actividades planificadas, importa salientar que maior parte foram cumpridas de âmbito nacional e internacional destacando-se as seguintes:

⇒ Âmbito Nacional

No contexto da divulgação do fórum e convite às cidades a participarem na 16ª Conferência do OIDP, realizaram-se seminários regionais tendo abrangido as 52 autarquias no País, e como resultado:

- 32 autarquias tornaram-se membros do OIDP sendo 8 cidades e 24 vilas.
- Foi criada a rede Nacional do Orçamento Participativo no dia 03 de Maio de 2016; e
- Foi garantida a participação de todas as autarquias nacionais na 16ª Conferência do OIDP.

Em paralelo, foram realizados encontros com Instituições académicas (4 universidades e 5 escolas secundárias) nomeadamente: Universidade São Tomás de Moçambique (Cidade de Maputo); Instituto Superior de Relações Internacionais (Cidade de Maputo); Universidade de Nachingueya (Cidade da Matola); e Instituto Superior de Artes e Culturas (Cidade da Matola). Como também nas Escolas Secundárias da Matola, Machava, Liberdade, Zona Verde e Bonifácio Groveta

Foram realizados igualmente, encontros com Parceiros de Cooperação que financiam a descentralização do País, tais como: Banco Mundial, GIZ, UNDP, Cooperação Italiana, união Europeia, KFW, UN-HABITAT, PRODEM, Diálogo, UNCDF e Cooperação Suíça; e com Partidos Políticos nacionais que culminou com a participação destes nesta conferência.

⇒ Âmbito Internacional

Na mesma perspectiva, foram realizadas visitas de trabalho ao Secretariado do OIDP em Madrid, e as Antenas de África sediada em Senegal e da América Latina com sede em Porto Alegre.

Igualmente, foram realizadas visitas em 11 cidades, nomeadamente: Canoas, Barcelona, Johannesburg, Antananarivo, Morón, Paris, Porto Alegre, Vaticano, Turim, Nova Iorque e Ponta Delgada. Estas visitas de trabalho, possibilitaram a divulgação do fórum OIDP e da 16ª conferência, a partilha de experiências sobre ferramentas de governação participativa e inclusiva do cidadão.

Resultados da Presidência

Durante a presidência da Matola no Observatório Internacional de Democracia Participativa, foi a nível nacional e internacional:

- Constituída a Rede Nacional de Orçamento Participativo em Moçambique com 53 membros;
- Angariados 32 novos membros para o OIDP a nível nacional e 111 a nível internacional;
- Colhidas e universalizadas experiências de gestão municipal e orçamentação participativa de 3 municípios de Antananarivo – Madagáscar (Commune Rurale d'Alakamisy Fenoarivo, Ansoziato Ouest e d'Ambalavao), 2 do Brasil (Porto Alegre e Canoas).

Em adição, foi/foram também:

- (i) Renovada a promoção de uma democracia mais participativa no mundo através de uma estratégia de cooperação em rede e usando novas ferramentas de comunicação e informação;
- (ii) Reforçado o apoio e compromisso do Governo no âmbito de descentralização e descontração para os governos locais;
- (iii) Sensibilizadas as autarquias para a priorização da participação cidadã nos programas de governação através do uso de ferramentas de participação;
- (iv) Renovado o papel das academias e institutos de investigação na produção do conhecimento das formas de participação cidadã, dos media na educação cidadã e divulgação das experiências de participação.

Igualmente, foi reafirmada a necessidade de promoção da pro-actividade dos órgãos do Observatório Internacional de Democracia Participativa, como uma das formas de alcançar os objectivos do fórum a nível global.

A 16ª CONFERÊNCIA DO OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

A 16ª Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa foi realizada entre os dias 04, 05 e 06 de Maio de 2016, na Cidade da Matola, estabelecimento da Folha Verde. Com um total de três (3) plenárias, seis (6) grupos de trabalho, e uma (1) sessão de assembleia geral dos membros, o evento ocorreu em três (3) dias de obedecendo um esquema temático específico:

Primeiro dia – 04 de Maio de 2016

- Plenária I: O Panorama Mundial sobre a Boa Governação e Participação Cidadã
- Grupo de Trabalho 1: Arte e Democracia
- Grupo de Trabalho 2: Orçamento Participativo

Segundo dia – 05 de Maio de 2016

- Assembleia Geral de Membros
- Grupo de Trabalho 3: Participação Cidadã através da Consulta Pública e Planificação Participativa
- Grupo de Trabalho 4: Formas e Experiências de Monitoria e Avaliação da Participação Cidadã

Terceiro dia – 06 de Maio de 2016

- Plenária II: Participação Cidadã, Nova Agenda Urbana e Financiamento dos Serviços de Base
- Grupo de Trabalho 5: Participação Cidadã através de Plataformas Digitais/Redes Sociais da Internet e Rádio Comunitária
- Grupo de Trabalho 6: Educação Cidadã para a Participação e Monitoria e a Inclusão da Abordagem do Género
- Plenária III: Balanço – Formas e Organização da Participação Cidadã

A sessão de abertura da 16ª Conferência do OIDP realizada no dia 04 de Maio de 2016, foi dirigida por Sua Excelência Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi. No seu discurso, louvou o facto do evento acontecer pela primeira vez no continente africano, referenciando que o tema da conferência coaduna o compromisso assumido pelo seu governo. Adiante, referenciou a necessidade de abordagem de temas que realmente perfaçam os modelos de governação municipal que devem colocar o munícipe no centro das decisões.

PRIMEIRO DIA – 04 DE MAIO DE 2016

PLENÁRIA I: O PANORAMA MUNDIAL SOBRE BOA GOVERNAÇÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	ORADORES – SALÃO CARLOTTA
Experiência Municipal de Governação Participativa em Moçambique	1. Tagir Ássimo Carimo
Radicalizar a Democracia – Experiência de Canoas (América Latina)	2. Deisy Martins
Democracia Participativa em Africa – Senegal (África)	3. Mamadou Bachir Kanouté
A Hibridização dos Processos Participativos na Europa em Crise – Itália (Europa)	4. Michelangelo Secchi
Processo Participativo no Canada – América do Norte	5. Dominique Ollivier
Cultura e Arte como Mecanismos de Participação – Coreia do Sul (Ásia)	6. Shin Gyangu
Equipe de secretariado: Leia Suburane, Inês Chilundo, Deolinda Moiane e Amade Miquidade Coordenador: Francisco Elias Timba	Moderador: Carmelia Namashulua – Ministra da Administração Estatal e Função Pública Relator: Gervais Rakotonirina – Ministério do Interior e Descentralização de Madagascar

MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, notam-se progressivamente avanços a nível de participação do cidadão na gestão dos municípios. Por ser verdade, as 53 autarquias locais implementam ferramentas de participação, que, operacionalmente mostram-se eficazes e garantem o envolvimento das sociedades na gestão municipal. Em paralelo, (i) há maior promoção da transparência na gestão da coisa pública por parte das entidades administrativas, e (ii) adopção constante de ferramentas de participação como o Orçamento Participativo, o que, sem dúvida garantem a coesão e fortalecimento do contrato social.

Como desafios, reside a (i) necessidade de melhoria do nível de coordenação entre os parceiros públicos e privados, (ii) institucionalização das ferramentas de participação a nível das autarquias, (iii) coordenação

das intervenções dos parceiros a nível local, entre outros. Com isto, verifica-se que, apesar do visível progresso a nível de democratização, Moçambique tem ainda um longo caminho por percorrer, inúmeras experiências por colher, mas também partilhar a nível participação popular na gestão da coisa pública.

AMÉRICA LATINA

A América Latina, particularmente o Brasil – Canoas, reconhece a necessidade de radicalizar a democracia de modo que, ela seja vivenciada por cada munícipe em todos os espaços e tempo. Para tal, visando resgatar o sentido mais democrático da política, implementa um sistema de participação que obriga os dirigentes a sair de seus gabinetes ao encontro dos munícipes, i.e., gestão focada no cidadão.

Para a sua concretização, Canoas implemente 9 ferramentas de participação, nomeadamente: (i) Orçamento Participativo; (ii) Plenária de serviços públicos (prestação de contas); (iii) Polígonos empresariais (diálogo entre a população, políticos e empresas); (iv) ferramenta colaborativa (conversa semanal com cidadãos por via da internet, por vídeo conferência); (v) ferramenta de elaboração estratégica da cidade; (vi) ferramenta anual participativa; (vii) Planos sectoriais participativos (Planos de saúde, plano municipal de educação e do meio ambiente); (viii) Conselho de desenvolvimento económico e social; e (ix) Ferramentas individuais (audiências, prefeitura na rua, prefeito na estação).

Apesar do avanço a nível de participação, a América Latina percebe uma constante necessidade de continuar o processo de aperfeiçoamento das ferramentas baseando-se na (i) sabedoria, (ii) humildade, (iii) honestidade, (iii) competência, e (v) coragem.

ÁFRICA

O engajamento de África nas matérias de democracia participativa, é visível também no facto de mais de 23 países implementarem dentre várias ferramentas, o orçamento participativo, o qual tem como uma experiência de sucesso o Madagáscar. Por se mostrar inclusivo, o orçamento participativo em África ganha anualmente cerca de 300 autarquias praticantes. Contudo, verifica-se uma gradual necessidade de (i) redistribuição dos recursos, (ii) fortalecimento dos mecanismos de prestação de contas, (iii) estabelecimento de novas formas de participação orientados nos grupos marginalizados servindo-se das novas tecnologias, (iv) apelo global para a descentralização financeira. Com isto, a África encontra-se no meio de dois modelos de participação popular (participação directa e representação).

EUROPA

O modelo democrático europeu é universalmente tomado como um exemplo. Seja pelo facto, dela se ter primeiramente desenvolvido naquele espaço, ou pelo facto de grande parte das autarquias encontrar-se num estágio avançado de inclusão popular. Contudo, nos últimos sete (7) anos, verifica-se uma crise que limita o processo de participação popular, e influencia na redução da afluência no processo de eleição. Apesar disso, nota-se um aumento na participação popular no processo de reformas constitucionais em áreas metropolitanas através do Orçamento Participativo, redes nacionais e internacionais e inovação da tecnologia que impulsiona o uso das redes sociais.

AMÉRICA DO NORTE

A participação cidadã na América do Norte, particularmente em Montreal, Canadá, é gerida pelos governos centrais. Servindo-se do princípio de representação, as entidades públicas servem-se das instituições para ecoar a voz do cidadão, pelo que, o público em geral participa particularmente na decisão sobre os investimentos de pequena escala por via do Orçamento Participativo. Numa outra faceta, o México serve-se de conferências e referendos para garantir que o público participa nas decisões.

Conforme a garantir maior participação do público, a América do Norte estabeleceu: (i) Carta de Direitos e Deveres do Cidadão; e (ii) Carta de Compromisso do Cidadão. Contudo, ainda se observa uma progressiva necessidade naquela região de: (i) determinar os mecanismos adequados para assegurar maior participação e inclusão dos cidadãos; (ii) encontrar estratégias de abranger maior número de cidadãos usando a tecnologia de informação; e (iii) encontrar formas de fazer com que os governos locais focalizem a criação de espaços para energias cidadãs.

ÁSIA

Partindo do princípio que a participação somente é sustentável com a existência de um sistema educacional melhorado, e participação da sociedade civil. A Ásia, em particular a Coreia do Sul, serve-se principalmente da Arte e Cultura como mecanismos de participação. A partir destes dois elementos (arte e cultura), e respeito contínuo dos direitos humanos, tem sido possível criar um sistema cada vez mais democrático que, valoriza a inclusão e participação cidadã.

A nível mundial, a BOA GOVERNAÇÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, é vista, e principalmente, implementada de diferentes formas sob um princípio comum, o de *promoção de maior inclusão e participação popular*. Portanto, apesar dos avanços já registados nos diferentes quadrantes do mundo, existe ainda a necessidades de:

- Harmonização, legalização e institucionalização dos instrumentos de democracia participativa existentes nos governos locais;
- Transcendência das orientações políticas no âmbito da participação e inclusão cidadã para o desenvolvimento sustentável das cidades, e maior satisfação dos cidadãos;
- Maior inclusão da juventude como um dos actores fortalecedores e de continuidade dos projectos de democratização dos governos locais;
- Maior investimento na educação, promoção da informação e desporto como factores estimulantes da consciência e participação cidadã; e
- Maior coordenação no âmbito da partilha de experiências de participação dos diversos países.

Em Moçambique, registam-se avanços a nível de democratização do estado, e da participação cidadã. Contudo, observa-se também, uma excessiva burocracia que retrai o desenvolvimento local. Similar aos diversos países africanos, Moçambique implementa reformas de democratização do sistema administrativo e descentralização de recursos mediante suas capacidades. Assim, para o sucesso destes processos, é preciso a apropriação e sentido de responsabilidade de cada munícipe, fazendo a sua parte no sentido de tornar as cidades mais habitáveis, seguras e desenvolvidas, que, em parte passa pelo pagamento das taxes e outros emolumentos.

GRUPO DE TRABALHO I: ARTE E DEMOCRACIA	ORADORES – TENDA 1
Experiência da Itália	Michelangelo Secchi
Experiência de Porto Alegre	Carlos Siegle Sousa
Democracia Multipartidária e os efeitos do OP nos partidos políticos – Amsterdão e Porto Alegre	Jelena Gregorius
Experiência da Cidade de Caruaru – Brasil	Leonardo Bulhões
Experiência da Cidade de Maputo	Célia Cumba
Experiência da Cidade de Mbombela	Sibusiso Mathonsi
Experiência de Madagáscar envolvendo o gênero	Andriamahaso Rondromalala
Experiência da República Democrática do Congo	Esperance Mwamikazi
Equipe de secretariado: Razaca Chico, Refa Cumbe, Aurélio Salomão, Wagner Ruco, Amilton da Lina, Adérito Magule	Moderador: Carles Hernandez Relator: Ernesto Chambisse

A Arte é um elemento indispensável na participação política e no desenvolvimento da democracia local. O seu uso nos diferentes espaços, contextos sociais, culturais, económicos e políticos nos diferentes países e continentes, aumenta a convicção de que, a cidadania organizada em forma de arte, quer individual ou associativa, tem também a sua eficácia na incidência política. Para além disso, carrega elementos culturais que constituem grandes valores para a educação dos cidadãos. Deste modo, as artes no geral podem apresentar-se como um agente na governação das cidades, deixando claro quais são os seus campos de actuação, e com as necessárias doses de participação, transparência e democracia.

As artes podem ser uma escola de cidadania, e um factor gerador de capital social, ajudando a criar relações de confiança entre os cidadãos, um factor de estabilidade e crescimento democráticos.

Apesar destes aspectos claramente positivos das artes, não deverão ser menosprezadas as suas limitações no momento de representar a cidadania e actuar como agentes legítimos. O contexto e a credibilidade de cada elemento da arte serão as condicionantes.

Por todos estes motivos, os governos locais devem reconhecer o papel das artes, fomentar a sua criação através de um reconhecimento estrutural e político, criação de espaços para que as artes emprestem beleza a cidade, identifiquem os cidadãos, ajudas na formação ou outras, com a inevitável tensão pelo perigo de clientelismo e utilização das artes como instrumentos políticos. O desafio das artes e governos locais é o de procurar canais de entendimento e trabalho colaborativo, mantendo as suas respectivas esferas de independência.

GRUPO DE TRABALHO II: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	ORADORES – TENDA 1
Conexão Arte e Democracia;	Estevão Filimão (Moçambique)
Cidadania e a Estética da Cidade;	Caron Atlas (Art & Democracy – NY)
A Arte, a Democracia e o Fascínio da Cidade;	Filimone Meigos (Moçambique)
Literaturas Marginais;	Fernando Paulo Ferreira (Portugal)
A música popular como uma voz da Cidade;	Isaú Meneses (Moçambique)
A escola como um centro de consolidação democrática; e	Victor Salas (Moçambique)
A Arte e a Democracia.	Rufas Maculuve (Moçambique)
Equipe de secretariado: Leia Suburane, Inês Chilundo, Deolinda Moiane e Amade Miquidade	Moderador: Mahamudo Amurane Relator: Valter Fainda

O Orçamento Participativo é uma ferramenta centrada na inclusão que, ajuda na consolidação da democracia. Nos diversos espaços em que é implementada, é a própria população que define as suas prioridades e elege os seus próprios projectos. Esta ferramenta, é geralmente materializada a partir da planificação, implementação e monitoria que, também ajuda no aumento da transparência e prestação de contas entre os implementadores e a respectiva população abrangida pelo instrumento. Embora não exista uma fasquia orçamental padronizada, os projectos de orçamento participativo são feitos mediante a capacidade de cada governo local, e necessidades da população a quem cabe a decisão final sobre o investimento.

As iniciativas de orçamento participativo variam consoante as necessidades e utilidade. Contudo, os projectos de Madagáscar têm focalizado mais em projectos que promovem a inclusão da mulher na sociedade, uma vez que, esta é muitas vezes como o gênero mais frágil. Na mesma linha de diversificação, os projectos da República Democrática do Congo concentram-se em três (3) pilares: (i) meio ambiente, (ii) vias de acesso, (iii) escolas.

Quanto ao nível e modelos de participação cidadã, ainda se observa o modelo de representação que possui maiores desafios de inclusão das massas nas decisões sobre a administração pública, e o modelo de participação directa.

O que se pode observar a nível de orçamento participativo, é uma tendência de alargamento, ou adesão progressiva por parte dos governos locais, os quais se deparam com alguns desafios como:

- Aumento do uso de tecnologias para a participação dos cidadãos, uma vez que estas possibilitam a colecta automática de dados, ideias e nível de satisfação – os aplicativos de Gerência de

Participação Digital (GPD) e de Gerência de Diálogos Sociais (GDS) são úteis na promoção do orçamento participativo

- Equilíbrio do gênero;
- Definição de projectos exequíveis para evitar a acumulação de demandas;
- Maior descentralização dos poderes para tornar o OP mais efectivo.
- Prestação de contas sobre o estágio dos projectos.

De tudo, verifica-se a nível global um crescente cometimento dos actores em implementar os instrumentos de participação, em pelo receio de perda da legitimidade política estes vão dirigindo estes processos de participação.

SEGUNDO DIA – 05 DE MAIO DE 2016

Visando a (i) Apresentação do Relatório da Presidência do OIDP – 2015/2016; (ii) Relatórios do Secretariado do OIDP; (iii) Antena da Democracia Participativa em África; (iv) Antena da Democracia Participativa na América Latina; (v) Eleição da Nova Presidência do OIDP. A Assembleia Geral de Membros do OIDP reuniu 63 delegados membros, representando cidades e organizações.

(i) Apresentação do Relatório da Presidência do OIDP – 2015/2016;

Do total de quinze (15) actividades definidas para o Presidente do Observatório Internacional de Democracia Participativa no mandato de 2015/2016, catorze (14) foram cumpridas, sendo de destacar a criação da Rede Nacional de Orçamento Participativo e adesão de mais 32 autarquias nacionais ao OIDP, as quais mostram maior envolvimento de África e Moçambique nas matérias de democracia.

(ii) Secretariado do OIDP;

No mandato de 2015/2016 em que a Matola presidiu aderiram ao ODIP 143 novos membros. Adicionalmente, foram realizadas visitas técnicas de apoio ao Presidente do OIDP no âmbito da organização da 16ª Conferência

foi lançado o concurso sobre boas práticas de participação. Em paralelo, foi organizado o fórum nacional de mecanismo cidadã e finanças públicas na República Democrática do Congo, e programada uma formação dos respectivos membros.

Dos diversos instrumentos de participação, o Orçamento Participativo Jovem e as Redes Nacionais de orçamento Participativo constituem uma aposta. A nível de desafios, identificam-se dentre vários o de mobilização de 1000 municípios para acompanhamento dos processos de implementação do Orçamento Participativo, a necessidade de formação dos líderes do fórum e melhor acompanhamento das actividades da presidência.

(iii) Antena da Democracia Participativa em África;

Durante o mandato de 2015/2016, as experiências de Orçamento Participativo passaram de 347 para 417, i.e., se registou um aumento de 16.8% de prática desta ferramenta. Adicionalmente, se verifica um aumento da implementação de ferramentas de participação cidadã como as rádios comunitárias entre outras.

Como desafios, identifica-se a necessidade de (i) continuar o programa de reforço de capacidades e competências das lideranças locais em particular de orçamentação participativa; (ii) auxiliar os governos locais na gestão de recursos; (iii) preparar a cimeira Habitat que irá decorrer com a nova presidência; (iv) reflectir sobre o avanço na reestruturação da coordenação africana; (v) avaliar de forma reflectiva o impacto do Orçamento Participativo em África; e (vi) criar-se um sub-comité para liderar as sub-regiões.

(iv) Antena da Democracia Participativa na América Latina;

Focalizada na realização de pesquisas, produção de estudos, seminários e oficinas, a Antena da Democracia Participativa na América Latina coordena o Escritório Regional do ODP através da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Brasil.

No rol de actividades do mandato de 2015/2016, a Antena da Democracia Participativa na América Latina fez o lançamento da Rede Merco-Cidades. Adicionalmente, realizou (i) Seminário sobre Demandas do Orçamento Participativo; (ii) Seminários de Regiões de Orçamento Participativo; (iii) Seminário sobre Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre; (iv) Evento sobre Democracia nas Cidades e as Grandes Transformações Urbanas.

Em paralelo, a antena publicou estudos sobre os perfis das demandas sobre o Orçamento Participativo para a Provisão e Gestão de Serviços Básicos, e o livro sobre Democracia Participativa na América Latina, entre outras actividades.

(v) **Eleição da Nova Presidência do OIDP;**

Sendo a única cidade candidata, Montreal foi eleita Presidente do Observatório Internacional de Democracia Participativa para o mandato de 2016/2017 com um total de 63 votos. No acto da passagem de testemunho, Montreal anunciou o lema para a 17ª Conferência do OIDP a realizar-se em 2017 “PARTICIPAÇÃO SEM EXCLUSÃO”.

GRUPO DE TRABALHO III: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ ATRAVÉS DA CONSULTA PÚBLICA E PLANIFICA PARTICIPATIVA	ORADORES – TENDA 2
Participação Democrática Territorial	Edume Irigoien Errazkin (Espanha)
Relatório da Secretaria Geral das Actividades do OIDP	Adriá Duarte (Espanha)
Modelo Participativo na Cidade de Viseu	Almeida Henriques (Câmara de Viseu)
Orçamento Participativo	Evangelina Ramirez (Argentina)
Democracia Participativa e Poder Local – Experiências Baseadas na Participação	Rocio Lombera
Democracia Participativa na Palestina	Mousa Shaer (Palestina)
Participação Cidadã	Luiz Carlos Guedes (Brasil)
Participação Cidadã	Castigo Xavier Chiutar (Dondo)
Equipe de secretariado: Francisco Timba, Leia Sumburane, Inês Chilundo, Estevão Mulungo	Moderador: Óscar Monteiro Relator: Maria Helena Langa

ESPAÑA

A participação cidadã através de consultas públicas e planificação decorre em territórios municipais e privilegia a participação individual e a internet e tem se mostrado cada vez mais transparente. Com isto, procura-se continuamente estimular os debates entre os diferentes intervenientes da sociedade, i.e., agentes do município e cidadãos para evitar que os encontros sejam monótonos ou de escuta, bem como descentralizar o processo de decisão. Em termos de prioridade dos projectos, a reserva de espaços para construção de habitação para a população tem dominado. Contudo, há ainda uma elevada necessidade de criação de mais momentos de interação entre os diferentes parceiros a nível municipal.

UISEU

Ainda na Europa, particularmente na Câmara de Viseu, foi criado o Conselho Estratégico Municipal que, estimula a participação cidadã. Como resultado, foram criados 26 projectos da área de educação que são lecionados em diferentes línguas; remodelado o conselho municipal para atender questões de acção social, os quais contam com 110 instituições parceiras e 1160 pessoas idosas. Em paralelo, foi criada a Assembleia Municipal Infantil e o Conselho da Juventude para atender os problemas destas camadas que por vezes não são tomadas em consideração.

ARGENTINA

Para garantir o respeito do direito de participação da população nas diversas decisões do país, foi feita uma reforma na Constituição em 1994. Posteriormente, iniciou-se a legalização/institucionalização das ferramentas de participação como o Orçamento Participativo.

PALESTINA

A democracia na Palestina tem enfoque na valorização da igualdade do gênero, dentre outros actores como líderes religiosos, líderes comunitários (organizações da sociedade civil). Contudo, a tensão política secular e a rigidez do sistema político-religioso, impõem limitações à participação popular nas iniciativas de participação, sob pena de execução.

Para garantir a segura participação dos cidadãos, foi pensado o plano regional onde os presidentes dos municípios participam em representação dos munícipes. E os planos municipais são aprovados durante uma assembleia mensal que conta com pouca adesão popular. Não obstante, há campanhas contínuas para incentivar a participação popular.

BRASIL

Visando explorar 5 níveis de democracia (i) informar, (ii) consultar, (iii) envolver, (iv) colaborar e, (v) empoderar o cidadão, o Brasil tem procurado tornar a democracia mais acessível e diversificada, de modo que esta possa gerar mudanças positivas na vida dos próprios cidadãos. Para tal, foi criado o Laboratório de Participação para informar, participar e envolver.

DONDO

Visando intensificar a articulação entre a sociedade e o governo de modo a facultar a formulação e definição de políticas públicas, são implementadas duas ferramentas: (i) Presidência Aberta e (ii) Orçamento Participativo. A sua materialização e auxilia na elaboração e colecta de opiniões da sociedade sobre temas importantes para o município, são feitas consultas públicas e planificação participativa.

As experiências e práticas democráticas globais, mostram que há uma tendência de inclusão dos munícipes nas decisões sobre administração local. Com isto, embora as condições e modelos de implementação de ferramentas possam variar mediante o espaço e contexto, é uma certeza que os esforços globais rumam à garantia da informação, consulta constante, envolvimento, colaboração e empoderamento do cidadão.

GRUPO DE TRABALHO IV: FORMAS E EXPERIÊNCIAS DE MONITORIA E AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	ORADORES – TENDA 1
Cazenga – Angola	Vitor Nataniel Narciso
Orçamento Participativo e Investimento de Capital Municipal	Jeremy Gorelick
Monitoria da Governação Participativa em Moçambique	Louis Helling
A Monitoria e Avaliação M&A	Renato Silva
Observatório da Cidade de Porto Alegre	Rodrigo Rangel
Projecto Protagonismo e Participação em São Bernardo do Campo	Vitor Campo
Equipe de secretariado: Francisco Timba, Leia Sumburane, Inês Chilundo, Estevão Mulungo	Moderador: Eduardo Ngoenha Relator: Henri Christian Longendja

A monitoria e avaliação da participação cidadã é um dos pilares do sucesso das experiências de democratização dos governos locais a nível global. A não observância pode levar ao insucesso na medida que os implementadores não terão bases de medição da satisfação, ou de projecção dos futuros índices de participação cidadã.

Apesar da diferença contextual, os espaços que implementam ferramentas de participação, procuram criar modelos de monitoria baseados na auscultação directa dos munícipes, mesmo que, em menor escala como: (i) Observatório de Desenvolvimento Municipal, (ii) Páginas Web Interactivas, (iii) Linha Verde, (iv) Debates Radiofónicos, (v) Comités de Responsabilização Social.

No quadro de desafios a nível de monitoria e avaliação, está a necessidade de aumento da prestação de contas aos munícipes, o que, significa em parte fornecer todas as informações relevantes para elevar a sua consciência de cidadania.

TERCEIRO DIA – 06 DE MAIO DE 2016

PAINEL II: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, NOVA AGENDA URBANA E FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE BASE	ORADORES – SALÃO CARLOTTA
Democracia Participativa	Sven Khun Von Burgesdorff (Alemanha)
Nova Agenda para África	Joost Mohlaman (Holanda)
Democracia Participativa	Nobre de Jesus Canhanga (Moç.)
Democracia Participativa	Sara Hoeflich (Alemanha)
Financiamento dos Serviços de Base – Experiência de Madagáscar	Anne-Lucie Lefebvre (Antananarivo)
Banco Nacional de Investimentos	Tomás Matola (Moçambique)
Equipe de secretariado: Leia Sumburane e Estevão Filipe Mulungo	Moderador: Prof. José Chichava Relator: Chavier Chavana

Mediante as variadas experiências e iniciativas de democratização a nível internacional, existe sem dúvida uma relação entre os fundamentos, princípios e ferramentas de participação cidadã, as novas perspectivas de desenvolvimento urbano e os novos mecanismos de financiamento das iniciativas de desenvolvimento local. Entretanto, está clara também, a necessidade de coordenação e entendimento dos actores envolvidos nesses processos, embora o cidadão exija constantemente a eficiência, prestação de contas e inclusão dos governos locais acima de todos os outros.

Tendo se constatado que as decisões de desenvolvimento dentro dos municípios são, na sua maioria, influenciadas pelas instituições do Governo, o que denota a pouca influência das opiniões dos cidadãos locais, urge assegurar maior ligação entre as estruturas locais, as organizações da sociedade civil e as comunidades locais de modo a garantir-se que os planos locais de desenvolvimento respondam aos anseios e necessidades das comunidades locais.

Na mesma perspectiva, é fundamental que planeamento participativo e a criação de fóruns urbanos sirvam de ferramentas privilegiadas para o engajamento e participação dos cidadãos na tomada de decisão sobre as iniciativas de desenvolvimento local.

Relativamente à Nova Agenda Urbana, há necessidade de consciência colectiva i.e., de todos actores sociais de que, as cidades são motores de desenvolvimento, exigindo-se por isso, boa gestão de modo que, estas cidades cumpram com a função de providenciar para os seus cidadãos, emprego, alimentos e serviços. Não obstante, há necessidade de compressão geral, particularmente dos governos municipais, da existência de desequilíbrios (gap) na demanda e oferta de bens e serviços entre as áreas centrais e periféricas das cidades.

Cientes destes cenários, a Nova Agenda Urbana remete à necessidade de observância e exercício do Direito Humano de Viver na Cidade, o que pressupõe o respeito dos princípios de justiça, equidade, eficiência e inclusão, que são objectivos directamente ligados ao Desenvolvimento Sustentável.

Com isto, a mobilização de “Financiamento para os Serviços de Base” emerge como uma das grandes responsabilidades que recaem sobre os municípios no quadro da Nova Agenda de Desenvolvimento. A aceleração da descentralização dos recursos para os municípios, em função do ritmo do crescimento demográfico, emerge como um novo princípio.

Sendo assim, os governos locais são instados a assumir maior responsabilidade na mobilização de recursos domésticos a partir de diversas fontes de financiamento localmente disponíveis, incluindo formas inovadoras de financiamento a partir de créditos para o investimento em infraestruturas e urbanização.

Paralelamente, as agências internacionais de desenvolvimento mantêm o seu compromisso de continuar a disponibilizar recursos para os municípios, porém, numa nova modalidade baseada no desempenho, a ser medido através de indicadores de governação local.

GRUPO V: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ ATRAVÉS DE PLATAFORMAS DIGITAIS/REDES SOCIAIS DE INTERNET E RÁDIOS COMUNITÁRIAS	ORADORES – TENDA 1
<i>Smart Harare</i> – Serviços de Monitoria e Ferramentas de Relatórios	Mike Davies (Zimbabwe)
<i>Innovative Democracy – Digital Platforms</i>	Will Derks (Holanda)
Participação através de Ferramentas Digitais em Nanterre	Hassan Hmani (França)
<i>How to Increase Participation through Digital Technology</i>	Dominique Ollivier
Decidin Barcelona – Processo para o Plano Municipal	Fernando Pintado
<i>How to Use Digital Platform</i>	Gilles Prado
Equipe de secretariado: Razaca Chico, Aurélio Salomão, Refa Cumbe, Fernando Gelado, Wagner Ruco e Adérito Magule	Moderador: Eduardo Ngoenha e Abdulaye Thimbo Relator: Nilza Chirindza

As plataformas digitais têm se mostrado de grande utilidade num mundo cada vez mais globalizado, e dominado pelas tecnologias de informação. A inter-conectividade que estas plataformas criam é de tamanha eficiência que, instantaneamente, o espaço torna-se irrelevante, podendo, um munícipe em Moçambique partilhar uma experiência, ideias e perspectivas com outros no mundo inteiro. Por consciência da utilidade, dinamismo e eficácia destas plataformas digitais, vários governos locais têm apostado na sua implementação, podendo destacar-se:

- **Smart Harare – *Monitoring Services and Report Tools***
- **USHAHIDI – *Monitoring Tool* - <https://www.usahidi.com>.**
- **Real Time Mapping – *Monitoring Tool***

Estas ferramentas fornecem avaliação objectiva do município ajudando na dinamização e eficiência da prestação de serviços municipais. Adicionalmente, os resultados fornecidos por estas ferramentas servem-se de dados reais, e encontram-se conectados com redes sociais como o facebook e twitter, e a sua implementação tem sido feita em Zimbabwe.

- **LiquidFeedback – *Democracy Tool* - <http://liquidfeedback.org>.**

Visando garantir maior transparência, dinamismo e eficiência dos diversos processos e decisões em que grupos são chamados a participar, esta ferramenta garante uma rápida, inclusiva e coerente participação das partes. Actualmente implementada para democratizar as acções e decisões políticas na Alemanha e Holanda, a LiquidFeedback é uma ferramenta promissora e passível de ser colocada ao serviço dos governos locais, entre outras entidades.

Com o avanço tecnológico, torna-se constantemente evidente que, a democracia participativa deve tomar em conta a evolução da sociedade. Assim, considerando que as plataformas digitais permitem votar, são ferramentas inclusivas e transparentes. Adicionalmente, estas permitem saber em que fase se encontra o processo (acompanhamento/monitoria contínua), e quase todas são de código aberto, grátis e possuem características comuns.

Para além de rápidas e eficientes, as plataformas digitais permitem interagir com múltiplas formas de participação, reduz custos e é transparente. Contudo, constitui ainda um desafio, o alargamento do uso de tecnologias de informação para as diferentes classes sociais, e simplificação das plataformas digitais, de modo que, as aplicações sejam suportadas por todos os aparelhos sem discriminação da qualidade.

GRUPO VI: EDUCAÇÃO CIDADÃ PARA A PARTICIPAÇÃO E MONITORIA, E A INCLUSÃO DA ABORDAGEM DO GÊNERO	ORADORES – TENDA 2
Educação Cidadã para a Participação e Monitoria, e a Inclusão da Abordagem do Gênero	Érico Nogueira (Brasil)
Educação Cidadã para a Participação e Monitoria, e a Inclusão da Abordagem do Gênero	Hanitra Raharinjatovo (Madagáscar)
Cidadania Infantil	Andrès Falck (Espanha)
Radicalizar a Democracia – Experiencia de Canoas	Lurders Robaina (Uruguai)
Práticas de Pequim em relação a Participação	Moussa Ndiaye (Senegal)
A escola de Participação cidadã	Alba Doblas (Espanha)
Educação cidadã para a participação e sua inclusão na perspectiva de Madagáscar	Jean Christian (Madagáscar)
Equipe de secretariado: Francisco Timba (coord.), Leia Sumburane, Inês Chilundo, Francisco Chaúque e Wagner Ruco.	Moderador: João Dias (Moçambique) Relator: Silverstre Baessa (Moçambique)

No período contemporâneo, existe consciência de que a educação constitui um dos pilares para o sucesso das iniciativas de democratização, seja dos governos locais, assim como centrais. Assim, independente do modelo educacional aplicado, existe esta consciência generalizada.

Na Espanha, aposta-se na democracia participativa nas salas de aulas (Cidadania Infantil), pois, é um mecanismo que permite a participação de crianças que são uma amostra considerável da população. Com esta experiência, constatou-se que os meninos, tem mais possibilidade de dominar os grupos, são mais rápidos; e as meninas têm um pouco mais de dificuldades, mas em contrapartida tem mais facilidade de ter liderança em grupos mais pequenos, as meninas estão mais focadas para o grupo e lutam pela coesão.

Porque a escola pode aumentar o papel da cidadania para poder aumentar o empoderamento do cidadão, formar técnicos da autarquia para promover progressivamente a participação, há necessidade de intensificarem acções de formação em cidadania. Adicionalmente, é fundamental a consciência da necessidade de promoção da participação de todos grupos da sociedade sem discriminação.

Por tudo, prevalece a convicção que a 16ª Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa realizada entre os dias 4, 5 e 6 de Maio de 2016 na Cidade da Matola, criou espaço não somente para a partilha de experiências de democratização dos governos locais. Mas para uma profunda reflexão sobre uma democracia cada vez mais inclusiva, transparente e acessível a todos grupos sociais. Para além de ter permitido a exploração das experiências globais, garantiu o sentido aglutinador das diferentes soluções, perspectivas, ideias para a resolução dos constrangimentos comuns que a democracia enfrenta nos diferentes espaços e contextos a nível internacional.

Porque o Observatório Internacional de Democracia Participativa posiciona-se como uma entidade predominante e líder mundial nas questões de democracia, há uma necessidade constante não somente de adequar o seu funcionamento ao modelo ideal de democracia, “a participativa”, mas também, de torna-la flexível e capaz de responder às demandas de seus membros, através de acções como:

- Partilha constante de experiências de participação entre os diferentes membros
- Harmonização constante das ferramentas de participação
- Reconhecimento da importância das práticas inclusivas da democracia

A nível institucional, constatou-se no corolário da conferência, a necessidade de melhorar aspectos como:

- Comunicação entre o Secretariado Geral do OIDP, Antenas Regionais e o Presidente do OIDP;
- Financiamento das actividades do Presidente e das Antenas Regionais para o desempenho das suas actividades; e
- Monitoria das actividades das antenas tendo em conta a sua localização.

Em adição, existem também a necessidade de: (i) Aprimorar os mecanismos e formas de comunicabilidade entre as Antenas e o Presidente do OIDP, privilegiando as novas tecnologias de comunicação e informação (Skype, Whatsapp); (ii) Reflectir sobre mecanismos de financiamento às actividades do Presidente e das Antenas; (iii) Reflectir na possibilidade de alargamento das antenas regionais para Ásia e América do Norte de modo a facilitar a angariação de mais membros e alargar a plataforma de partilha das experiências; (iv) Reflectir igualmente sobre como é que o OIDP pode influenciar politicamente, decisões ao nível internacional através de instituições como as Nações Unidas, União Africana, União Europeia, entre outras.

De tudo, os membros do OIDP assumem o compromisso de garantir o crescimento dos índices de envolvimento popular, em continuidade aos esforços para concretizar as agendas municipais rumo ao desenvolvimento sustentável das cidades.

Adicionalmente, as Cidades, Entidades, Instituições Membro do OIDP, sob a égide Conferência realizada entre os dias 4, 5 e 6 de Maio de 2016 na Matola, adoptam e assumem os resultados da 16ª Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa e mantém o firme compromisso de continuar a trabalhar para a realização dos Objectivos do OIDP.

“Pela Boa Governação e Participação Inclusiva do Cidadão”

Matola, 02 de Junho de 2016